

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornalcomercio.com.br

Governador defende concessões rodoviárias em reunião da CPI

Parlamentares questionaram modelagem proposta pelo Piratini

/ ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Bolívar Cavalari
bolivarc@jcrs.com.br

O governador gaúcho Eduardo Leite (PSD) compareceu nesta segunda-feira a uma reunião da CPI dos Pedágios, na Assembleia Legislativa, que investiga possíveis irregularidades nas concessões rodoviárias dos Blocos 1, 2 e 3. Na ocasião, Leite defendeu as concessões do Piratini.

“Nós temos absoluta convicção de que as concessões, e o modelo que estamos implementando no Rio Grande do Sul, estão corretas”, disse o governador. Leite também destacou ter ido espontaneamente para responder às perguntas dos deputados, tendo em vista que governadores não podem ser convocados para uma CPI, apenas convidados.

Os parlamentares questionaram a modelagem proposta pelo Piratini nas concessões rodoviárias, sob o argumento de o leilão do Bloco 2, anteriormente marcado para esta quarta-feira (10), foi cancelado pela ausência de investidores interessados.

O relator da CPI, Miguel Rossetto (PT), afirmou que as concessões não são bem aceitas “nem pela população gaúcha, e nem pelos investidores”. O petista tam-



MARCELO OLIVEIRA/ALRS/DIVULGAÇÃO/JC

Eduardo Leite também comentou privatizações da Corsan e da CEEE

bém pediu a suspensão dos editais dos Blocos 1 e 2 e revisão do Bloco 3, que é o único que já foi concedido à concessionária Caminhos da Serra Gaúcha.

Outros parlamentares tiveram a oportunidade de endereçar perguntas a Leite. As principais questões dos deputados foram em relação à modelagem das concessões, aos preços das tarifas de pedágio, ao modelo free flow de pedágio e ao atraso de obras previstas no edital do Bloco 3.

Em resposta a questionamentos dos deputados, Leite disse que os parlamentares podem ter discordâncias das propostas, mas que a CPI não conseguiu apontar ilegalidades nas concessões. “Esta

comissão não conseguiu apresentar fato fundamentado para investigação. Divergências metodológicas podem acontecer, mas não houve fato para inquérito”, argumentou Leite.

Além das concessões rodoviárias, o governador defendeu as demais privatizações promovidas durante a sua gestão, como da Corsan à Aegea e da CEEE à Equatorial, sob o argumento da busca pelo equilíbrio fiscal e que, na sua avaliação, “o Estado não é bom empresário”.

A reunião na CPI com o governador seguiu até o fechamento desta edição, tendo iniciado às 16h e sido prorrogada por duas horas a partir das 18h.

Ministro suspende pesquisa com recuo de Flávio



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Kassio Nunes Marques, suspendeu nesta segunda-feira a divulgação de pesquisa Atlas/Bloomberg que mostrou queda de seis pontos percentuais nas intenções de voto do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) em um eventual segundo turno contra o presidente Lula (PT). O levantamento foi divulgado no último dia 19 de maio.

Kassio atendeu parcialmente a um pedido da pré-campanha de Flávio, que afirma que o questionário da pesquisa teria sido “estruturado de forma a induzir gravemente uma percepção negativa”

sobre o senador. O bolsonarista sustentou ainda que a disposição das perguntas e temas, com “uso de associações entre o pré-candidato, Daniel Vorcaro e o Banco Master contaminam e induzem as respostas dos entrevistados”.

Consultado, o CEO da AtlasIntel, Andrei Roman, disse que o instituto não vai comentar por enquanto e que vai esperar a decisão colegiada.

Em sua decisão, Kassio afirmou que, de fato, tais circunstâncias corroboram os argumentos que indicam “possível utilização de estímulos indutivos aptos a contaminar as respostas subsequentes relativas à imagem, rejeição e intenção de voto, reforçando a plausibilidade jurídica da tese de que a pesquisa possa ter extrapolado os limites da regular aferi-

ção estatística”.

O ministro indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que não se trata de discordância metodológica, mas de possível indução do entrevistado a partir do questionário, “especialmente em razão da ordem sequencial das perguntas e do emprego de expressões de carga valorativa negativa”.

Anteriormente, a Atlas já havia afirmado em nota não haver qualquer problema metodológico na pesquisa.

De acordo com o questionário disponibilizado pela Atlas ao TSE, o conteúdo de um áudio de Flávio a Vorcaro foi exibido aos entrevistados, mas como último item da pesquisa. Os eleitores que colaboraram para o levantamento foram submetidos a 48 perguntas, as primeiras delas sobre a intenção de voto.



Repórter Brasília
Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornalcomercio.com.br

Temas que devem dominar a semana

O cenário indica que cinco grandes temas devem concentrar as atenções do Congresso Nacional. Alguns têm forte potencial de votação ainda em junho; outros devem gerar intenso embate político e repercussão nacional.

Fim da escala 6x1

O assunto mais popular do momento, conforme a coluna apresentou segunda-feira é a discussão sobre o fim da escala 6x1, a PEC que reduz a jornada semanal de 44 para 40 horas e estabelece dois dias de descanso para cada cinco trabalhados, que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), confirmou que os líderes partidários devem definir nesta semana.

Marco regulatório da Inteligência Artificial

A pauta tecnológica ganhou prioridade. O presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB, foto), sinalizou que pretende votar o marco regulatório da Inteligência Artificial até o final de junho. O texto trata de responsabilidades das plataformas, uso de algoritmos, direitos autorais e proteção dos cidadãos diante das novas tecnologias. A proposta é considerada estratégica porque o Brasil tenta se posicionar entre os primeiros países a regulamentar o setor. Tem chance de votação em junho.



KAYO MAGALHÃES/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

Reforma administrativa

A reforma administrativa continua avançando nos bastidores. O tema enfrenta resistência de entidades sindicais e servidores públicos, mas segue como prioridade para setores do Congresso que defendem mudanças na estrutura do Estado. A tendência é de intensificação dos debates e audiências públicas antes de eventual deliberação.

Segurança pública

A pauta que une governo e oposição e pode avançar ainda em junho é a segurança pública. Após operações contra facções criminosas e a crescente pressão da opinião pública, projetos ligados ao combate ao crime organizado ganharam espaço entre as prioridades da Câmara. O tema inclui endurecimento penal, integração policial e medidas contra organizações criminosas.

Terras raras e soberania nacional

Surge com força na agenda da Câmara nesta terça-feira o debate sobre terras raras, minerais estratégicos e soberania nacional. O tema ganhou relevância diante da disputa global por insumos essenciais para tecnologia, baterias e defesa, podendo se transformar em um dos principais debates econômicos do segundo semestre.

Tarifaço dos Estados Unidos

As medidas comerciais norte-americanas continuam movimentando a Câmara e o Senado, especialmente entre parlamentares ligados ao agronegócio e à indústria. Soma-se a isso a decisão da União Europeia que pode barrar exportações de carnes brasileiras a partir de setembro, aumentando a preocupação em torno do acordo Mercosul-União Europeia.

Resumindo o clima político da semana

O Congresso entra na reta final do semestre dividido entre pautas econômicas, tecnológicas e sociais. Entre elas, a PEC do fim da escala 6x1 permanece como o tema de maior apelo popular e potencial de desgaste político para governo, oposição e setor empresarial.